

AFUÁ: VENEZA MARAJOARA, PARÁ-BRASIL

Mário Benjamin Dias¹
Maria de Jesus Benjamin da Silva²

Em Esmeraldina, cidade aquática, uma rede de canais e uma rede de ruas sobrepõe-se sempre e entrecruza-se. Para ir de um lugar a outro, pode-se sempre escolher entre o percurso terrestre e o de barco: e, como em Esmeraldina a linha mais curta entre dois pontos não é uma reta mas um zigzag que se ramifica em tortuosas variantes, os caminhos que se abrem para o transeunte não são dois mas muitos, e aumentam ainda mais para quem alterna trajetos de barco e trasbordo em terra firme. (Ítalo Calvino. **Cidades invisíveis.**

INTRODUÇÃO

Este artigo procura analisar a cidade de Afuá, localizada no arquipélago do Marajó, buscando compreendendo desde suas origens até o momento atual, procurando a desvendar formação sócio-espacial suas características, contradições, e o ambiente urbano. Por sua condição de cidade localizada em região de ilha, possui características peculiares no que tange a organização sócio espacial e modo de vida.

Sua origem remonta o século XIX, como muitas da cidade fundadas na Amazônia, ou seja, ao longo dos cursos dos rios, caracterizando-a como cidade ribeirinha. Entretanto, esta apresenta características que a individualizam como a estruturação urbana, as habitações, modo de vida, atividade econômica, o ambiente urbano, entre outras.

DO POVOADO À CIDADE

As cidades têm intimas relações com a forma de como ocorreu o desenvolvimento das sociedades historicamente organizadas, É partindo desse princípio que é possível pensá-la historicamente.

¹ Professor Dr. Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. mberjamindias@hotmail.com

² Professora Dra. Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), Belém-PA. mberjamindasilva@hotmail.com

Pois, ao longo desse processo, a relação entre o homem e a natureza e a sociedade e o espaço foram diferentes, em função do desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, o espaço enquanto produto das relações sociais é tempo acumulado, produto histórico e social, ou melhor, produtos da relação entre sociedade e natureza, produzidas historicamente.

A cidade enquanto fenômeno histórico não pode ser analisada como algo pronto e acabado, pois ela está em constante processo de mudanças, de transformação, ou seja, ela vive em um perpetuo processo de produção-destruição-(re)produção, haja vista, que ela é produto das relações travadas entre os homens ao longo do tempo. Nesta direção, entendemos a cidade como espaço urbano. Entretanto, aí reside uma dificuldade de conceituação em função das escalas e uma imprecisão do que seja de fato uma cidade no Brasil. Para RONCAYOLO (1986, p. 397):

A noção de cidade implica a aglomeração de toda uma população, ou seja, a concentração do habitat e das atividades. Atividades que se distinguem da exploração direta do solo, uma vez que conduzem à especialização das tarefas e contribuem sobretudo para as trocas e a organização social. Tem-se assim uma arrumação dos espaços e dos serviços urbanos que implica uma organização social.

As cidades na Amazônia a maioria tiveram origem no período colonial, especialmente a partir da fundação da cidade Belém em 1616,³ a partir dela foi fundada outras com fito de assegurar a posse do território do norte do país em nome da Coroa Portuguesa. Entretanto para SCHOR et al (2009, p.36) que:

A análise espaço-temporal no estudo do urbano no Amazonas é essencial para se entender a dinâmica espacial, pois a região congrega tempos e espaços diferenciados e desiguais, sendo que alguns desses espaços se inserem plenamente na modernidade globalizada enquanto outros se perpetuam na dinâmica local.

Para Dias (2007), a fundação das cidades e a produção do espaço urbano ocorrido na Amazônia requerem uma melhor

³ A fundação da cidade é o marco da ocupação portuguesa. A partir da cidade de Belém partiam expedições com o intuito de fundar novos núcleos populacionais.

compreensão do papel que os núcleos coloniais desempenharam ao longo do processo de ocupação e apropriação do espaço regional, e que deram origem às primeiras cidades. Como forma de assegurar a posse do vasto território, a coroa Portuguesa imprimiu uma estratégia geopolítica de ocupação com fortificações e missões religiosas, que posteriormente deram origem aos primeiros núcleos populacionais.

Para melhor apreender os processos que hoje ocorrem na cidade, é necessária a reconstituição referencial no que diz respeito às origens históricas de Afuá, desde o século XIX, quando se tem a primeira iniciativa de criação de um pequeno povoado. Compreender as origens de Afuá remete-nos a própria formação das cidades na Amazônia e no arquipélago do Marajó.

É no processo da formação histórica, econômica e social que procuramos compreender, refletir e analisar a produção, reprodução, da cidade, do espaço urbano e o ambiente na cidade.

Para Dias (2007) na Amazônia, o desenvolvimento econômico, social, cultural, político foi alvo de diferentes estratégias, cujo objetivo foi a sua dominação e apropriação. Dominação que se concretizou no início do século XVII, com a chegada do colonizador português e a fundação de fortificações e missões religiosas, que, posteriormente, passaram a ser o embrião de cidades. A investida do Estado português resultou na anexação do norte, ao atual território brasileiro, com o fito de extração e comercialização dos recursos naturais que passaram a ser comercializados com a denominação de “drogas do sertão”. Dominação e apropriação, binômio utilizado na geopolítica portuguesa diante da expansão colonialista que teve grande repercussão no espaço regional, culminando na fundação de vários povoados, freguesias, vilas e, posteriormente cidades ao longo das calhas dos rios na Amazônia e que serviu de base às estratégias para a apropriação e dominação do território e dos recursos naturais existentes. O desafio imposto à empreitada do colonizador foi o de dominar a natureza e o vasto território amazônico. Essa atividade predominou até meados do século XIX.

O Marajó no Estado do Pará, definida pelo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) IBGE, possui uma área de 104.140 km² de extensão e compreende áreas insulares e continentais. (figura 01). De acordo com BRASIL (2006, p. 7):

Descoberta pelo espanhol Vicente Pizón e batizada como Ilha Grande de Joanes, a ilha recebeu em 1754 o nome de Marajó, que em tupi significa "barreira do mar". O Arquipélago, formado por um conjunto de ilhas que constitui a maior ilha fluvial do mundo, com 49.606 Km², está integralmente situado no Estado do Pará e constitui-se numa das mais ricas regiões do País em termos de recursos hídricos e biológicos.

O processo de ocupação do Marajó teve início por volta do século XVII, o registro de criação das primeiras freguesias⁴ data desse período.⁵ É importante ressaltar que para alguns pesquisadores a área teria sido visitada anterior ao processo de ocupação pelos portugueses.

As primeiras informações desse processo de ocupação estão vinculadas a presença de ordens religiosas na região que dominaram grandes extensões de terras praticando a coleta das drogas do sertão e posteriormente introduzindo a pecuária e a agricultura com o objetivo de produzir gêneros alimentícios para abastecer a cidade de Belém.

O processo de ocupação e apropriação do Marajó evidencia a presença de diferentes atores, entre eles a igreja, pois a maior parte dos municípios teve suas origens relacionadas à atuação das missões religiosas (especialmente as ordens dos capuchos de Santo Antonio e dos Jesuítas), fortificações e núcleos populacionais. Os quais através da catequese estabeleciam relação de dominação e expropriação com os grupos indígenas da região.

⁴ Freguesia é o nome que tem, em Portugal e no antigo Império Português, a menor divisão administrativa [...].As províncias eram divididas em municípios que por sua vez eram divididos em freguesias. As freguesias correspondiam às paróquias, mas também haviam curatos para serviços religiosos em povoações pequenas e sem autonomia política. Por sua vez, o bispos comandavam as dioceses, típica organização administrativa religiosa, que abrangiam geralmente diversos municípios, ou seja, diversas freguesias. Dicionário da língua portuguesa <http://pt.wikipedia.org/wiki/Freguesia>

⁵ De acordo com CRUZ (1958) A primeira freguesia instalada foi a Gurupá em 1639, marcando a presença efetiva do Estado Português na Amazônia, posteriormente dando origem ao município do mesmo nome.

As atividades econômicas também foram responsáveis pelo surgimento de municípios.⁶ Existem aqueles que se constituíram a partir de Cartas de Doações de Sesmaria.⁷

O município de Afuá,⁸ localizado na extremidade norte - ocidental do arquipélago de Marajó, teve suas origens por volta de 1845.⁹ Antes da constituição do núcleo populacional as terras que formam o território do município foram ocupadas por Micaela Archanja Ferreira. Essas pertenciam ao Município de Chaves. Após a ocupação, a posseira denominou o sitio de Santo Antonio, com meia légua de extensão, correspondente a 3.300m. Com a institucionalização de Lei de Terras no Brasil de 1850¹⁰, a mesma

⁶ É o caso de Currallinho, relacionado a fazenda de gado que era parada obrigatória na rota de navegação, destaque também para Santa Cruz do Arari, antiga fazenda de gado.

⁷ As leis das sesmarias em Portugal eram muito rígidas, chegando a ter 19 artigos. Dentre eles, para termos uma idéia, encontrava-se o direito de coagir o proprietário ou quem a tivesse por qualquer outro título, a cultivar a terra mediante sanção de expropriação ou, ainda, aumentar o contingente de trabalhadores rurais, obrigando ao trabalho agrícola os ociosos, os vadios e os mendigos que pudessem oferecer mão-de-obra, entre outros. Porém, no Brasil, tais leis não chegaram a ser estabelecidas, a única exigência era mesmo o cultivo.

As cartas de Sesmarias eram documentos passados pelas autoridades para doar terras; nelas, os donatários ou governadores de províncias autorizavam ou não as doações. www.historica.arquivoestado.sp.gov

⁸ O município está localizada na mesorregião do arquipélago do Marajó e na micro região de Furo de Breves, apresenta uma estrutura espacial bastante particular.

⁹ Esse período é marcante na Amazônia em função de a mesma estar inserida numa ampla Divisão Internacional do Trabalho (DIT), abastecendo os mercados europeus e norte americano com goma elástica originária da hevea brasiliensis, encontrada nas regiões das ilhas.

¹⁰ A Lei de Terras no Brasil foi instituída por Lei nº. 601 de 18 de Setembro de 1850. Lei de Terras de 1850 esteve intimamente ligada ao processo de consolidação do Estado Nacional; na medida em que procurou ordenar uma situação de grande confusão que existia em matéria de título de propriedade, "a lei estabeleceu um novo espaço de relacionamento entre os proprietários de terras e o Estado que foi evoluindo durante a segunda metade do século XIX".

A composição deste novo espaço de relacionamento entre proprietário e Estado se fazia fundamental, já que os proprietários de terras sempre tiveram um papel fundamental na organização social e política do Estado Imperial. PINTO (2011, p. 4) É importante buscar compreender a Lei de Terras brasileira de 1850, a partir da compreensão das mudanças sociais e políticas ocorridas nesta primeira metade de século.

O preâmbulo da lei dispõe de acordo com a Registrada á fl. 57 do livro 1º do Actos Legislativos. Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 2 de outubro de 1850. Bernardo José de Castro : Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionaes e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a

tomou as devidas providencias no sentido de sua regularização, para isso fez o registro na freguesia de Chaves, no sentido de assegurar a posse das mesmas. (IBGE www.ibge.gov.br 2010). A Lei de Terras do Brasil deixava claro o seu real propósito

FUGURA 01
MESORREGIÃO DO MARAJÓ



Fonte: www.paratur.gov. acesso em 17 de abril de 2010

colonização estrangeira na forma que se declara D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam prohibidas as aquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra.

Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribare.

A Lei de terras d Brasil foi regulamentada por decreto nº. 1318, de 30 de Janeiro de 1854, que regulamentava a referida lei e tornava obrigatória a sua execução pelos poderes constituídos no período imperial.

Com as terras do sítio Santo Antonio devidamente legalizada por força da Lei, tem início a construção das primeiras cabanas a cavaleiro do rio configurando um núcleo populacional no entorno da capela construída por incentivo da proprietária.
<http://www.prefeituradeafua.com.br>:

Do que se têm notícias, em 1870, Micaela doou as terras para a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição do Afuá, que compreendia terras desde o igarapé divisa no rio Marajó, descendo pelo rio Afuá, até o Igarapé Jaranduba, no rio Cajuuna. “À edificação da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição deve à sede do município de Afuá a sua fundação e existência.” (IBGE www.ibge.gov.br 2010). Com as terras demarcadas, Mariano Cândido de Almeida tomou juntamente com outros moradores locais a iniciativa de construção da Igreja, concluída no ano seguinte, em 1871. O que demonstra no período o papel da igreja no processo de fundação das cidades na amazônica. MARX (1991, p.11/2) destaca que:

O espaço urbano [...]. No caso brasileiro no que tange à constituição de sua paisagem, um aspecto institucional basilar tem sido negligenciado de maneira surpreendente: a relação Estado/Igreja. Enquanto nunca houve uma codificação colonial portuguesa, as normas e procedimentos eclesiásticos eram claramente estabelecidos.

Se a aglomeração surgia espontaneamente e, ao longo do tempo, ia galgando diferentes estágios hierárquicos, esse processo ocorria norteado pela igreja até o momento decisivo da criação do município. Uma concentração de moradias e uma capela, depois capela—curada [...] [...] quem sabe uma paróquia mais tarde. Um povoado de determinado porte, aspiraria constituir-se uma paróquia ou, denominação que prevaleceu entre nós, uma freguesia. Depois tal freguesia vai almejar a autonomia municipal que, se alcançada, implicará o seu símbolo, o pelourinho, e a casa da câmara e a cadeia.

Na medida em que o casario ia se desenvolvendo em torno da capela configurando o povoado, segundo (IBGE www.ibge.gov.br 2010). O sítio na qual o vila foi assentada está relacionada à localização apropriada para um porto e ponto de paragem ¹¹ de viajantes que

¹¹ O núcleo populacional foi fundado nesse local em função, principalmente, da localização geográfica privilegiada, entre os rios Cajuuna e Marajozinho. O porto

navegavam pela extensa rede hidrográfica amazônica desde o século XVII, sendo um elemento definidor para a sua instalação.

No Afuá com a demarcação das terras, o povoado foi formado em função da facilidade de aquisição de terras e desenvolveu-se se elevando à condição de freguesia em 1874. Ao longo desse processo vivenciou diferentes situações.

Em função de divergências políticas e de grupos antagônicos no poder, associado a política das oligarquias tradicionais da Amazônia (latifundiários pecuaristas,, de cana-de-açúcar, café e algodão), levou com que diversas freguesias no Pará fossem extintas e lembradas aos antigos territórios entre elas a de Anajás e Afuá. Essa ação se efetivou através da Lei nº 908 de 5 de julho de 1878.¹² O Afuá foi anexado ao território de Chaves e nessa condição ficou até 1880.¹³ A instabilidade política no Pará e os interesses divergências no arquipélago marajoara provocou mudanças nas políticas territoriais na freguesia, levando a perda dessa condição através da Lei nº 1094 de 6 de Novembro de 1882.¹⁴ Somente sete anos depois, em 1889, ele retorna a categoria de freguesia, por força da Lei nº 1386 de 02 de outubro de 1889.

Com a proclamação da República no século XIX, Afuá foi elevado à categoria de vila e posteriormente município.¹⁵ Com a constituição do município foi criada a comarca¹⁶ tendo por sede a vila do mesmo nome. Entretanto, o fato mais importante aconteceu em

era uma espécie de ancoradouro seguro no qual as embarcações aportavam a espera da subida da maré para prosseguirem viagem, uma vez que, nessa região, existem bancos de areia que com a maré baixa coloca em risco a navegação nesse curso fluvial.

¹² Nesse período o presidente da Província do Pará era João Capistrano Bandeira de Melo Filho que governou a província de 1876 a 1878.

¹³ A província do Pará era governada por João Coelho da Gama Abreu.

¹⁴ O presidente da Província era governada por Manoel Pinto de Sousa Dantas Filho

¹⁵ Em 1890, passou à categoria de vila com o decreto nº. 170 de 02 de Agosto e pelo de nº. 171 da mesma data, que criou o município de Afuá, foi constituída em sede da nova comuna. (<http://www.prefeituradeafua.com.br>)

¹⁶ O Decreto nº. 226 de 28 de Novembro de 1890, criou a Comarca de Afuá, com sede na vila de mesmo nome, e a Lei nº. 403 de 02 de Maio de 1896 elevou Afuá à categoria de Cidade.. (<http://www.prefeituradeafua.com.br>)

1896 quando a vila foi elevada a categoria de cidade.¹⁷
(<http://www.prefeituradeafua.com.br>)

Fundada as margens do rio do mesmo nome, ocupando toda a extensão da várzea que sofre naturalmente a influência do fluxo das marés em seu movimento diário. É importante destacar nos estudos realizados pelos geógrafos clássicos que davam muita importância a localização e as condições em que as cidades eram fundadas, como destaca RECLUS (2010, p. 44/45)

No curso inferior do rio, a fundação de cidades é determinada por condições análogas do meio: na ponta da terra de duas correntes ou num ponto de ramificação das três, quatro vias navegáveis[...] [...] em cada rio, o ponto vital por excelência é o lugar, vizinho à embocadura, onde a montante vem deter e sustentar a corrente superior e onde as embarcações, conduzidas pelas correntes de água doce, encontram-se naturalmente com os navios do mar vogando com o fluxo. A violência de uma natureza demasiada atormentada não permite senão a um pequeno número de homens agrupar-se ali à vontade.

No que tange a forma e estrutura do espaço urbano, por sua condição de cidade ribeirinha, como as demais do arquipélago, vivência uma luta contínua - homem X natureza. Esta última por um lado, cada vez mais, modelando suas formas por meio das forças, suas leis e por outro, o homem, por meio do trabalho, procurando se apropriar para transformá-la. Esta luta contínua, a nosso ver está longe de chegar ao seu fim, em função das condições histórico-naturais na qual a sítio urbano está assentado.

O processo de desenvolvimento da cidade ocorre a partir da necessidade do homem desenvolver-se, imprimindo no espaço da cidade uma gama de atividades capazes de satisfazer suas necessidades, enquanto ser e membro de uma sociedade. Essas estavam naturalmente relacionadas à dinâmica do rio, que nas cidades ribeirinhas da Amazônia comandam a vida e as relações.

¹⁷ A comarca de Afuá foi instalada em 18 de Abril de 1891 e a cidade em 14 de Julho de 1896(<http://www.prefeituradeafua.com.br>)

As cidades ribeirinhas na Amazônia nasceram formadas por habitações sem uma linha arquitetônica definida, cabanas, casa de pau a pique, um pequeno comércio que abastecia moradores locais e viajantes, em seguida um pequeno mercado do tipo entreposto se estabelecia. Na medida em que a vida de relações começa a se intensificar, tem início o traçado das vias de acesso, normalmente acompanhando a linha do rio, seguindo a ocupação que os homens vão definindo. Como destacou RECLUS, (Ib.id. p. 51): "O oratório tornou-se igreja, a torre de vigilância fez praça-forte, caserna ou palácio; o povoado transformou-se em vila depois em cidade." Posteriormente, na medida em que começa a se desenvolver, interioriza-se, dominando a floresta e continentalizando-se. O que reforça a forma de como as cidades foram criadas na Amazônia a partir da tríade núcleos populacionais-forte-missões religiosas

A CIDADE

A cidade comporta inúmeras definições. Entretanto, ela pode ser compreendida enquanto produto histórico e social, aparecendo como cristalização do processo de trabalho da sociedade realizada ao longo da história dos homens. Mais o que é cidade? E nesse sentido, concordamos com CARLOS (1992, p. 26), quando afirma que ela: "É a materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir; é modo de vida, de uma vida contraditória". Logo, ela é produto das sociedades que ali viveram e se reproduziram ao longo do tempo.

É inegável que a cidade enquanto produto do trabalho das gerações que se sucederam deixando-lhe sua marca na paisagem. E na perspectiva da análise da paisagem urbana é possível desvendar sua historicidade, sua memória, seu modo de vida. Para CARLOS (1992, p. 25/6):

Hoje a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista. Na cidade, a separação homem-natureza, a atomização das relações e as desigualdades

sociais se mostram de forma eloqüente. Mas ao analisá-la, torna-se importante o resgate das emoções e sentimentos; a reabilitação dos sentidos humanos que nos faz pensar a cidade para além das formas. Isso nos faz pensar a cidade para além do premido pelas necessidades vitais (comer, beber, vestir, ter um teto para morar), esmagado por preocupações imediatas. A cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e também uma cultura.

Cada cidade tem sua individualidade, particularidade, vida própria. Na cidade do Afuá não é diferente. Para seus moradores é o melhor lugar do mundo; alegre, acolhedora, tranqüila, pacata. A cidade tem um caráter particular, cuja impressão sobre o fato de ser isolada é ruim ou boa, hostil ou benevolente somente por meio da história dos homens que ali viveram que podemos julgar.

As cidades marajoaras surgiram circunscritas a um padrão espacial de ocupação denominado por Gonçalves (2001) de rio-várzea-floresta, correspondendo a forma de ocupação organizada em torno dos rios, dando origem a um padrão espacial de ocupação denominado de ribeirinho, que predominou até a segunda metade do século XX. Esse padrão tem origem com a própria história da ocupação e apropriação do espaço regional, quando foram fundados os primeiros povoados e vilas ao longo da extensa rede hidrográfica amazônica que posteriormente tornaram as cidades.

Nesse padrão as atividades vão pautar-se sobre os recursos naturais disponíveis na natureza, ora relacionados ao extrativismo da fauna fluvial (pesca), ora a atividade extrativa vegetal (coleta do açai, castanha do Brasil e demais frutas regionais). Pode-se considerar nesse processo que o homem ainda se encontra em larga medida submetido à lógica da natureza que lhe brinda com a riqueza de seus produtos.

As atividades econômicas ali realizadas têm pouca capacidade de transformações, em conseqüência, a cidade vai sendo produzida de uma forma, como se acompanhasse o próprio ritmo da natureza.

Com o processo de modernização ocorrido na segunda metade do século XX, a partir da construção de rodovias, objetivando integrara a região ao espaço nacional, grande parte das cidades da região que não foram ligadas por rodovias, permaneceram se desenvolvendo a partir dos rios. Esse é um exemplo do que acontece no arquipélago da Marajó, que vem conformando uma rede de cidade ligada aos rios do tipo fluvial, tendo intima relação com os mesmo, com sua dinâmica.

É necessário destacar que a dimensão regional tem de ser levada em consideração nas análises sobre as cidades da região. Pois, essa condição, ajuda a explicar as formas e as funções que algumas cidades passaram a assumir. Para a realidade do Afuá, a distância geográfica de 443 km fez com que a mesma tenha amplas relações com Macapá que dista em média de 4 a 5 horas por via fluvial e da cidade de Belém 36 horas aproximadamente. Notadamente é Macapá que estabelece maiores relações econômica com o município paraense tirando vantagens locais. Macapá, por sua condição de cidade média possibilita maiores dinamismo nas trocas mercantis com as cidades do arquipélago que estão no seu entorno. É por ela que a população afuaense tem maiores relações econômicas, políticas, sociais, culturais, entre outras, em função da proximidade geográfica.

A “Veneza marajoara” tem uma estrutura espacial extrema diferenciada do padrão de cidades ribeirinhas. As condições geomorfológicas na qual foi assentado o seu sitio sobre a várzea do rio Afuá, possibilitou uma estrutura espacial do padrão ribeirinho com características que a individualiza.

O tecido urbano é formado por estivas,¹⁸ que articula a cidade em seus diferentes espaços, e, este naturalmente com que é a principal via de acesso a mesma.

¹⁸ Em sua maioria de concreto armado principalmente na área mais antiga. Na medida em se distancia, as mesmas foram construídas de madeiras, demonstrando em certo sentido uma diferenciação sócio-espacial.

A articulação das “vias-estivas” interligando os espaços da cidade articula as diferentes atividades (econômicas, culturais, sociais, políticas, entre outras), num movimento de pessoas, bicicletas, mercadorias, informações, num incessante ir e vir, impondo o ritmo da cidade [marca o espaço vivido pelas pessoas](#).

A construção de vias-estivas sobre as várzeas do rio possibilitou a produção da cidade distanciada solo (de várzea) sustentado por estacas e interligadas as vias pelas estivas. É importante destacar que na medida em que a cidade se expande distancia-se cada vez mais da beira do rio, onde se encontram os equipamentos de consumo coletivo e os principais serviços que atendem as demandas da população local e do entorno da cidade.

A vida de relações está articulada naturalmente com a dinâmica do rio que comanda a vida, diferente do padrão rodoviário. Embora esse seja o padrão que passou a predominar a partir da década de 1960 na região; na ilha do Marajó, o padrão fluvial é o dominante. Das cidades que formam a rede urbana todas estão localizadas a beira dos rios, este continua sendo o principal, senão única via de acesso com a capital e com a região do entorno ¹⁹.

A cidade de Afuá por sua estruturação urbana possui uma particularidade de não possuir veículos automotores, o que podemos classificar com ecologicamente saudável. A única alternativa de transporte na cidade são as bicicletas. Entretanto, a população encontrou uma saída criativa ao transformarem esse veículo em uma forma de transporte coletivo, denominado de bicitaxi, tornando-a singular. Faz a singularidade de viver no município.

Na cidade de Afuá, como as demais do arquipélago do Marajó, apesar do processo de modernização implantado na Amazônia, nelas esse ainda não se fez presente. Desse modo, o padrão de ocupação tradicional comandado pelos rios é quem domina. GONÇALVES

¹⁹ O arquipélago do Marajó articula-se com a Cidade de Belém por via fluvial, principal meio de transporte de passageiros, mercadorias e capital e por via aérea em pequenas aeronaves com um fluxo reduzido.

(2001, p. 94) destaca: “(...) um modelo de ocupação tradicional na Amazônia plasmado por meio de um intercâmbio orgânico com os ecossistemas: o rio, vertedouro natural de toda a água que circula através da floresta, solo e atmosfera (...)” para as cidades ribeirinhas como a Afuá, o rio serve para diferentes atividades que se desenvolvem a partir da exploração dos recursos naturais da floresta e da várzea, pois possibilita a circulação pessoas, mercadorias (pequena produção familiar), informação, entre outros). Afinal, o rio sempre teve uma importância fundamental para as cidades ribeirinhas, que vivem o SANTOS (1996, p. 212) denominou de “tempo lento”²⁰ por conta de outra lógica circunscrita a própria dinâmica do rio, para o referido autor (p. 213):

O tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira. Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações. Mas, graças à globalização e a seus efeitos locais, os tempos lentos são referidos ao tempo rápido, mesmo quando este não se exerce diretamente sobre lugares ou grupos sociais.

CONDIÇÕES SOCIO-ECONÔMICA-AMBIENTAL

A vocação econômica atual do Marajó está relacionada com o processo histórico de ocupação do território com atividades agropastoris e extrativistas, conformando uma economia com pouca agregação de valor o que pode explicar o baixo desenvolvimento econômico dos municípios. A estruturação dessas atividades ao longo do tempo associada às condições naturais (isolamento geográfico do território) e a ausência de políticas públicas que contemplem a realidade do mesmo contribuem para que a mesorregião se encontre em situação precária relacionada aos aspectos sociais e econômicos.

²⁰ Para SANTOS (1996, p. 212) “(...) o que nós chamamos de tempo lento somente o é em relação ao tempo rápido; e vice versa, tais denominações não sendo absolutas. E essa contabilidade do tempo vivido pelos homens, empresas e instituições será diferente de lugar para lugar. Não há, pois, tempos absolutos.

Apesar de riqueza de recursos naturais e de diversidade da mesorregião, isso não tem se traduzido em melhorias das condições de vida da população. Essa questão é multifatorial, no entanto, algum desses fatores, se impõe pela força de suas conseqüências. Um dos fatores mais representativo é a própria herança histórica. Pois a mesorregião ao longo do tempo tem desenvolvido atividades como pequena capacidade de agregação de valor, como as extrativista e pecuarista de caráter extensiva.

A cidade do Afuá em larga medida mantém uma economia em bases extrativista relacionada a extração de madeiras e palmito, coletas de frutas regionais e pesca.

Outro fator que pode ser apontado como relevante para a situação em que se encontra a cidade e o isolamento e as distância da capital associado à ausência de políticas públicas voltadas para as potencialidades locais, e as que têm sido implantadas não tem se revestido em melhorias à população, fato que vem agravando a situação.

O extrativismo vegetal ainda é a atividade de maior importância, e o que garantem a emprego e renda para a maior parte da população. Em função do ciclo do vegetal, não garante renda aos pequenos extratores durante o ano todo. Essa situação em alguns casos tem levado a migração desses ribeirinhos para a cidade, engrossando o exército dos excluídos e/ou vão para a informalidade.

Com relação a exploração madeireira, é uma atividade bastante antiga no município, principalmente pela questão cultural (construção naval e habitação). As embarcações são o principal meio de transporte no município Entretanto, a partir da década de 1970, essa atividade passou a ser em escala comercial e industrial, levando a exploração racional da madeira. Entretanto, essa situação não se revestiu em melhorias econômicas sociais para a população que vivem dessa atividade, muito menos para o conjunto da população local

No que se refere ao sistema de transportes que é de extrema importância para o desenvolvimento da cidade, de acordo com BRASIL (2006), limita-se ao marítimo e hidroviário. Praticamente não existe sistema viário na região, e a cidade e núcleo populacional encontra-se isolado. Os rios são as verdadeiras vias de escoamento da produção e de pessoas, marcando a fisionomia local. Outra situação bastante preocupante está relacionada ao fornecimento de energia elétrica que realizado por subestação termoelétrica, que não dá sustentação para atividades econômicas de grande porte, fato que desencoraja qualquer investimento no setor produtivo de grande monta. O fornecimento de energia está circunscrito a sede dos municípios.

A grandiosidade da natureza, principalmente dos rios, promoveu o desenvolvimento de uma economia de auto-subsistência que garante a reprodução do ribeirinho, a partir de uma relação harmoniosa rio-várzea-floresta, e numa escala menor a realização de uma agricultura, na qual o excedente é comercializado nas pequenas feiras das cidades.

No que se refere às questões relacionadas ao ambiente urbano, a cidade apresenta uma série de questões, principalmente as relacionadas com o esgotamento sanitário. A estrutura do espaço urbano na qual a cidade foi projetada não permite a implantação de esgotamento sanitário. Essa condição faz com os resíduos líquidos sejam lançados diretamente na várzea e naturalmente depositados no rio. Em função das condições geomorfológicas na qual foi assentado o sítio da cidade, sob estacas, não permite a construção de fossa negra nem séptica, agravando ainda mais a situação do ambiente urbano.

Outra situação está relacionada com a água consumida pela população. A cidade tem rede de distribuição de água, mais isso não significa que ela tenha qualidade e tratamento adequado. Ela bombeada diretamente do rio e passa por uma estação de tratamento da empresa concessionária. É comum ao se utilizar a

água encanada nas lidas diárias, essa estar com a coloração de sua origem, ou seja, do rio (barrenta).

O tratamento dispensado aos resíduos produzido na cidade possivelmente seja o mais preocupante, pois a cidade não dispõe de aterro sanitário, e os mesmos são depositados em lixões a céu aberto, no qual já se presencia a disputa pessoas e animais (roedores e urubus) por sobras. Isso pode parecer inconcebível para uma cidade de porte pequeno, como a Afuá. Para aprofundar a questão, o lixão está localizado próximo ao rio, o que pode causar sérios danos a esse ecossistema, em função do elevado índice de precipitações pluviométricas e com a subida da maré, podem carrear materiais com elevado teor de substâncias tóxicas, que pode contaminar o curso do rio, contaminando a fauna e flora fluvial, vindo a comprometer a dieta alimentar da população ribeirinha.

CONCLUSÃO

As cidades ribeirinhas da Amazônia têm sua gênese sócio-culturalmente associada aos rios que lhes dão sentido. Apesar da nomenclatura, cada uma delas tem sua especificidade. Na cidade do Afuá, possivelmente seja a que mais relação tem com natureza. Por exemplo, a saída e chegadas das embarcações que transportam passageiros e mercadorias é condicionado pelo horário da maré, é o tempo da natureza determinando o ritmo de vida de cada pessoa. Vive-se em função do rio que comanda a vida.

O artigo que originou o presente trabalho se insere nos levantamentos sistemáticos que o governo brasileiro faz sobre a Amazônia nos aspectos ecológicos, sociais e econômicos, a urbanização e povoamento estão associados no conceito de “sistema de povoamento”, que compreende um conjunto de nódulos (vilarejos, vilas e cidades), as redes de comunicação que os interligam e o equipamento e a informação que possibilitam essa conexão em um dado território.

Se de um lado as interações internas ao sistema de povoamento tendem a reforçar a estrutura hierárquica urbana, inclusive com a permanência de uma estrutura urbana primaz, de outro, são limitadas pela dificuldade de comunicação ainda prevalecente na região. Contudo, a comunicação com o restante do país e com o exterior é relativamente mais fácil devido em grande parte ao poder das grandes empresas, públicas e privadas, que comandam as redes conectivas desde fora da região. A seleção dos lugares que integram essas redes é guiada muito mais pelas estratégias dessas organizações do que pela racionalidade da rede urbana implantada.

A preocupação com a falta de serviços de equipamentos coletivos, saneamento básico, a questão urbana e ambiental no município em questão não significa estancar o desenvolvimento regional, mas pensá-lo em outros termos. Desta forma, a análise detalhada da dinâmica populacional vivenciada pela cidade de Afuá levando em conta os aspectos do crescimento populacional, correntes migratórias, urbanização e inserção e acesso ao mercado de trabalho devem ser efetuadas e utilizadas como subsídio ao planejamento regional. As estratégias visando alcançar o desenvolvimento equilibrado deverão, portanto, buscar o aproveitamento das potencialidades naturais da Amazônia como forma de implementar um desenvolvimento auto-sustentável sofisticado, mediante o aproveitamento de recursos naturais com tecnologias avançadas que permita a obtenção de produtos certificados e com a participação da sociedade civil organizada na gestão dos processos de transformação da sociedade local, pois o conceito de sustentabilidade tem que ser encarado nos seus aspectos: econômicos, ambientais, sociais, culturais, políticos e éticos, sendo para isso imprescindível a participação dos grupos sociais envolvidos nos processos em questão.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Governo Federal. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó**: resumo executivo da versão preliminar para discussão nas consultas públicas / Governo Federal, Grupo Executivo Interministerial. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CRUZ, Ernesto. A colonização no Pará. Manaus: Instituto de pesquisa da Amazônia, 1958.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

DIAS, Mario Benjamin. **Urbanização e ambiente urbano no distrito administrativo de Icoaraci, Belém-PA**. São Paulo: FFLCH-USP, 2007. Tese de doutorado mimeografada.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Edusp, 1991

RECLUS, Éliseé. **Renovação de uma cidade repartição dos homens**. São Paulo: Editora imaginário/Expressão popular, 2010.

RONCAYOLO, Marcel. La ville et ses territoires. Paris: Galimard, 1986

SCHOR, Tatiana, COSTA, Danielle Pereira da e OLIVEIRA, José Aldemir de. Cidades, redes urbanas e desenvolvimento na Amazônia dos grandes rios. In: TRINDADE JR. Saint-clair Cordeiro, et al. (orgs). **Pequenas e Médias cidades na Amazônia**. Belém, PA. FASE/ICSA/UFPA, 2009.

Sites consultado

www.historica.arquivoestado.sp.gov acesso 15 de setembro de 2010

<http://www.prefeituradeafua.com.br> acesso 20 de agosto de 2010

WWW.ibge.gov acesso 10 de dezembro de 2010